

27 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Servidores da Justiça e Saúde param

### Categorias interrompem serviços públicos e aderem ao movimento grevista do funcionalismo

Ratael Fantin  
*Reportagem Local*

Londrina – Os servidores da Justiça e da Saúde entraram em greve ontem com paralisações dos serviços públicos em fóruns e hospitais do Estado, o que aumenta a pressão para que o Governo do Estado aceite a reposição salarial de 8,17% para o funcionalismo em vez da proposta de 5%. De acordo com Sindicato dos Servidores da Justiça (Sindijus), pelo menos 56 comarcas paralisaram as atividades na última terça-feira.

O coordenador geral do sindicato, José Roberto Pereira, afirmou que a tendência era de suspensão de atendimento em 50% das 160 comarcas do Estado até o final da tarde de ontem. Apenas 30% dos servidores são mantidos em regime de plantão no judiciário para prestação dos serviços nos casos de urgência. “O intuito não é prejudicar a população, mas pressionar o Tribunal de Justiça (TJ) para negociar as reivindicações que foram protocoladas no início do mês”, comentou.

Em Londrina, os servidores ocuparam a rampa na entrada do Fórum e protestaram, principalmente, por causa das condições de trabalho. O diretor executivo do Sindijus, João Ricardo Bento, lembrou que as reivindicações foram re-  
presentadas neste ano, no en-

tanto, o TJ ainda não se manifestou. “As condições de trabalho são insalubres. Faltam pessoal, estrutura e equipamentos para prestar um serviço com mais qualidade para a população”, cobrou.

Bento também comentou sobre o reajuste salarial dos servidores da Justiça, conforme o índice da inflação, já ter sido encaminhado pelo TJ à Assembleia Legislativa. “A reposição é um direito de todos os trabalhadores, mas o objetivo da greve é melhorar as condições de trabalho dos servidores”, justificou.

#### SAÚDE

O SindiSaúde aprovou na semana passada greve por tempo determinado e interrupção parcial de atendimentos nos hospitais ontem e hoje. A diretora do sindicato Elaine Rodella informou que a categoria acompanha a discussão do reajuste salarial, previsto na data-base, e pode estender o período de paralisação em assembleia marcada para a tarde desta sexta-feira, caso o governo não apresente a proposta de reposição de 8,17% em parcela única.

“Houve uma diminuição no ritmo de atendimento em hospitais e unidades de Ponta Grossa, Paranaguá, Curitiba, Campo Largo, Francisco Beltrão e outras cidades no primeiro dia de paralisação, sen-

do que a adesão deve aumentar no segundo dia”, informou. Os hospitais e unidades de saúde mantêm o atendimento normal nos casos de urgência e emergência.

**CONTINUA**

27 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

### FES pressiona para governo aceitar reposição

Londrina – Com adesão de outras categorias à greve do funcionalismo, iniciada pelos professores estaduais e universitários e servidores das instituições de ensino superior, o Fórum de Entidades Sindicais (FES) afirma que existe a tendência de greve geral, caso o governo estadual não apresente uma proposta de reposição salarial, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (IPCA). “Se o governo não sinalizar com a reposição de 8,17% e não apresentar uma proposta por escrito nesta semana, os serviços públicos podem sofrer um blecaute no Estado”, prevê Arnaldo Vicente, diretor estadual da APP Sin-

dicato e integrante do FES.

De acordo com ele, os sindicatos possuem pautas próprias durante os movimentos grevistas, mas a reposição salarial conforme o índice da inflação é a “reivindicação que une o funcionalismo estadual”. “No Paraná, a real corrosão do salário é ainda maior por causa do tarifaço, que aumentou os impostos como IPVA e ICMS”, afirma. Os deputados da base aliada do governo apresentaram ao chefe da Casa Civil, Eduardo Sciarra, duas propostas para o reajuste salarial de 8,17% em reunião realizada ontem na Assembleia Legislativa. (R.F.)



*Servidores do Judiciário fizeram manifestação no Fórum de Londrina ontem: somente serviços nos casos de urgência serão mantidos*

27 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

# Juiz absolve ex-prefeito acusado de improbidade

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

O juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, julgou improcedente a ação em que o Ministério Público (MP) acusava de improbidade administrativa o ex-prefeito Nedson Micheleti (PT) e ex-secretários de seu segundo mandato (2005-2008): Jacks Dias (de Gestão Pública), Ezer Mariano da Silva (Planejamento), Carmem Sposti (Educação) e Wilson Sella (Fazenda), além do então diretor de Tecnologia de Informação Edson Carlos da Silva.

Segundo a ação protocolada pela promotora de Defesa do Patrimônio Público, Sandra Regina Koch, em agosto de 2013, os réus licitaram e pagaram por um serviço – de instalação de rede de internet em todas as escolas do

município, ao custo de R\$ 4,7 milhões – desnecessário. A Sercomtel já teria oferecido o serviço gratuitamente, o que foi recusado pelo município, e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) estava prestes a obrigar a telefônica a fornecer tal serviço. Além disso, a licitação teria sido feita sem disponibilidade orçamentária e tampouco sem previsão em lei orçamentária (Plano Plurianual e Lei de Diretrizes Orçamentárias).

Porém, para o juiz, em sentença publicada ontem, os argumentos da promotora não foram comprovados. Ele entendeu que se tratavam de serviços diferentes – o oferecido gratuitamente pela Sercomtel era infinitamente inferior em quantidade e qualidade ao contratado pelo município. Quanto à falta de previsão orçamentá-

ria, o magistrado citou decreto posterior que acrescentou ao orçamento o montante necessário ao novo serviço.

Ao decidir pela absolvição dos réus, o juiz entendeu que a contratação do serviço não resultou danos ao erário, conforme ficou provado no processo. Lembrou, porém, que testemunhas falaram sobre um suposto descumprimento do contrato, mas não podia decidir sobre tal fato uma vez que a ação da promotora nada mencionava acerca de prejuízos. “A esse propósito, é bom que se diga em alto e bom som que os problemas verificados quando do cumprimento do contrato – suposto inadimplemento da empresa contratada ventilado no depoimento de testemunhas – não foram alegados como causa de pedir na inicial.”

Para a promotora, o único prejuízo seria o município não ter optado pelos serviços da Sercomtel. O MP pode recorrer da sentença ao Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná.

---

*O juiz entendeu que contratação  
de internet nas escolas municipais  
não resultou danos ao erário*

27 MAI 2015

# FOLHA DE LONDRINA

# STJ descumpriu

# súmula

# ao soltar réus

# da Publicano

## Subprocurador-geral da República aponta ilegalidade na decisão de ministro que concedeu habeas corpus a auditores da Receita

Loriane Comeli  
Reportagem Local

**E**m pedido de reconsideração formulado ao ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Sebastião Reis Júnior, o subprocurador-geral da República, Hugo Gueiros Bernardes Filho, apontou ilegalidades na decisão que concedeu habeas corpus (HC) ao auditor José Luiz Favoreto, posteriormente estendidas a praticamente todos os réus presos da Operação Publicano, deflagrada em março pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), braço do Ministério Público (MP). O MP acusa 62 pessoas (incluindo 15 auditores, empresários, contadores e “laranjas” de integrar organização criminosa que agia na Receita Estadual de Londrina, achacando empresários e recebendo propina.

Uma das ilegalidades seria o descumprimento da súmula 691 do Supremo Tribunal Federal (STF), que impede o julgamento pelo STF de HC cujo

mérito não tenha sido julgado nos tribunais inferiores. Lembrou que o STJ “tem aplicado o enunciado da Súmula 691/STF em centenas ou milhares de casos análogos”.

No caso de Favoreto, o Tribunal de Justiça (TJ) Paraná ainda não havia julgado o mérito de seu HC, o que somente aconteceu em 21 de maio (e foi negado por unanimidade). A decisão do ministro do STJ é de 11 de maio.

Em razão disso, escreveu o subprocurador, “a decisão do eminente relator merece pronta reforma, daí o pedido de reconsideração, pois é evidente que a prisão preventiva do paciente e demais investigados é necessária para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, da aplicação da lei penal e para a conveniência da instrução criminal”.

Entre outros argumentos, Bernardes Filho afirma que ao contrário do que afirmou o ministro, as prisões decretadas pelo juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nannuncio, não se restringiram “a

considerações a respeito da gravidade abstrata do crime e conjecturas de reiteração delitiva e obstrução das investigações criminais”, conforme escreveu Reis Júnior.

Para o subprocurador, “o magistrado a quo (de Londrina) teve a diligência de esmiuçar os fatos criminosos, o modus operandi da organização criminosa, e as relações espúrias estabelecidas entre os envolvidos”, entre outras ponderações.

No entanto, em que pese a petição de 36 páginas, o ministro negou o pedido de reconsideração, conforme consta do site do STJ. A decisão, no entanto, ainda não foi publicada.

### GAECO

O promotor Jorge Barreto da Costa, coordenador do Gaeco, também protocolou no STJ pedido de reconsideração do HC em favor de Favoreto. A petição foi autuada ontem e ainda não foi julgada. “Realçamos a necessidade da prisão com os argumentos já apontados no pedido de prisão e no decreto que autorizou as prisões preventivas”, explicou Costa.

27 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA -

### Quem quebrou?

Mais dia menos dia se saberá quem quebrou o Paraná: como o último é que se incumbe de apagar a luz, o peso maior é de Beto Richa, pois não teve sequer a habilidade de relatar bem a herança recebida. Confiou no Durval Amaral na Casa Civil para essa missão e o atual corregedor do TC se saiu muito mal. Requião, que tem consciência de haver quebrado o Estado, tanto quanto Lerner (lembrem do presidente da Copel acumulando a Secretaria da Fazenda?), deitou e rolou.

Como a sua equipe oficial é nutrida pelo oba oba e clima de lua de mel, com a anestesia aplicada, mentiram por método e uma delas a calhordice de que a União prejudicava quando ela, através da Secretaria do Tesouro Nacional, detectava a quebra e a infração sistêmica da Lei de Responsabilidade Fiscal. Recentemente o BNDES mostrou em relatório que o Paraná foi um dos Estados que mais investimentos obteve, inclusive os R\$ 6 bilhões numa nova unidade das Indústrias Klabin, o que destrói a picaretagem da acusação contra a União, usada eficazmente na campanha eleitoral e que pegou pela histórica má relação e de baixa reciprocidade com o governo federal.

Afinal, o pepino fica certamente com o atual governador, pois afinal, como ensina o brocardo, quem despiu Mateus que o embale.

### Delações

Certamente, o Ministério Público estadual, com o seu braço mais eficaz na devassa de afanos, o Gaeco, tenta seguir o modelo da Lava Jato ao pleitear o retorno à prisão dos já indiciados na Publicano. Esse aperto, o de manter os apontados no cárcere, é muito discutido entre criminalistas e o STF firmou jurisprudência que não parece favorecer esse tipo de intenção. A essa altura instituições envolvidas e políticos tudo farão para dificultar o objetivo dos procuradores, já que indícios atingem toda a estrutura de governo e mostra como as caitituagens funcionais, "lobby" em defesa de causa dos fiscais, tem uma linha de comprometimento entre o que faziam de legal e ilegalmente, isso sem falar na empatia das doações pela campanha eleitoral. Falta, porém, como dizem juristas, relação de nexo causal físico-subjetiva, entre intenções e resultados.

27 MAI 2015

## FOLHA DE LONDRINA

### INFORME FOLHA

#### Privilegiados

Considerando o volume das doações aos políticos nas últimas eleições, os auditores fiscais do Paraná são uma classe privilegiada. Apenas ao governador Beto Richa (PSDB), foram R\$ 290 mil arrecadados por 86 auditores, sendo que cinco doaram R\$ 20 mil cada um. Outros cinco doaram R\$ 10 mil cada, conforme a FOLHA mostrou. Para o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Estado do Paraná (Sindafep), José Carlos Carvalho, os valores, embora altos para a maioria dos servidores, são normais para a categoria. "Para uma pessoa que ganha R\$ 30 mil por mês, você tira R\$ 200 por mês, em quatro anos, quanto dá? Quando se faz um análise bem consciente, a gente vê que é normal." Carvalho afirmou que o Sindafep não faz doações para políticos.

27 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Audidores do PR têm metas para ajudar primeira-dama

Servidores coletam doações para ONG ligada à  
mulher de Beto Richa (PSDB)

**Ministério Público  
investiga se Fernanda  
Richa exigiu doações à  
campanha do marido  
em troca de promoções**

ESTELITA HASS CARAZZAI  
DE CURITIBA

Responsáveis pela arrecadação de impostos estaduais, auditores fiscais do Paraná têm metas anuais para doar a uma ONG vinculada à mulher do governador Beto Richa (PSDB), Fernanda Richa.

A campanha de arrecadação é promovida desde 2011 pelo sindicato da categoria, o Sindafep. O dinheiro é destinado à entrega de cobertores para famílias carentes do Paraná, em parceria com o Provopar (Programa do Voluntariado Paranaense).

Nos últimos três anos, os auditores arrecadaram R\$ 3,7 milhões, segundo o Sindafep. O R\$ 1,5 milhão alcançado em 2014 corresponde a um terço da receita da ONG, segundo a Folha apurou.

Os valores estão na mira do Ministério Público. Uma denúncia anônima sustenta que Fernanda Richa exigiu doações ao Provopar e à campanha do marido em troca da promoção de auditores, em 2014. Reportagem da Folha mostrou que auditores doa-

ram quase R\$ 1 milhão ao tucano e seus aliados em 2014.

O inquérito corre sob sigilo. Até agora, não há provas que corroborem a suspeita.

A corrupção entre auditores também é investigada. Quinze deles foram denunciados por anular dívidas de empresas em troca de propina, em Londrina. Há indícios de que o esquema exista em outras regionais.

O Sindafep diz que tem forte atuação social e que ajuda diversas entidades.

### LAÇOS

O Provopar foi fundado como braço de assistência social do Estado em 1980. Três anos depois, desvinculou-se do governo, mas seu estatuto prevê que toda primeira-dama tenha assento no conselho.

A doação de cobertores é a mais importante ação da ONG. Fernanda Richa a impulsionou como primeira-dama de Curitiba, de 2005 a 2010. Em parceria com empresas, ela multiplicou as doações.

Em 2010, ela foi condenada pela Justiça por pedir votos ao marido durante um evento de distribuição de cobertores. Está recorrendo.

Hoje, o Sindafep é o principal parceiro da campanha no Provopar. Doou metade dos cobertores distribuídos nos últimos três anos.

Para chegar a esse número, o sindicato estabelece metas de arrecadação para cada regional. Em reuniões mensais, cobra resultados e celebra metas atingidas.

### > OUTRO LADO <

## Sindicato, ONG e Richa negam irregularidades

O Sindafep diz que tem forte atuação na área social e financia campanhas de várias entidades. "Temos um viés social muito forte, mas participação política, nenhuma", disse o presidente do sindicato, José Carlos Carvalho.

Segundo ele, as doações a ONG são espontâneas. Procurado nesta terça (26), Carvalho não se manifestou sobre as metas de arrecadação.

Presidente do Provopar, Carlise Kwiatkowski diz que a parceria com os auditores é "lícita e transparente".

Fernanda Richa, em nota, disse que a denúncia contra ela é um "atentado". Diz que jamais interferiu em temas administrativos e que atua com ação social "por dever de solidariedade humana".

27 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

# Cerveró é condenado a 5 anos de prisão por lavagem de dinheiro

Ex-diretor da área internacional da Petrobras é acusado de usar empresa no Uruguai para comprar apartamento

Para o juiz Sergio Moro, 'ganância excessiva' levou executivo para o 'mundo do crime'; advogado deve recorrer

DE CURITIBA  
DE SÃO PAULO

O ex-diretor da área internacional da Petrobras Nestor Cerveró foi condenado, nesta terça-feira (26), a cinco anos de prisão mais multa de R\$ 543 mil por crime de lavagem de dinheiro. Seu advogado deve recorrer.

A condenação decorre de ação penal sobre a ocultação de um apartamento que o ex-diretor comprou, em 2009, com dinheiro que, segundo o Ministério Público Federal, era originário do esquema de corrupção na Petrobras.

O imóvel no bairro de Ipanema, uma das zonas mais valorizadas do Rio, foi confiscado. O duplex com cinco quartos e outros dois para empregadas é avaliado hoje em R\$ 7,5 milhões.

Na denúncia que deu origem ao processo, a Procuradoria da República afirmou

que parte da propina paga por empreiteiras ao ex-diretor foi remetida para contas de empresas no Uruguai e na Suíça.

Uma dessas empresas, a uruguaia Jolmey S/A, criou uma subsidiária no Brasil e comprou o apartamento, em 2009, por R\$ 1,5 milhão e, depois, pagou uma reforma de R\$ 690 mil.

Formalmente, a Jolmey pertence ao uruguaio Oscar Algorta. Para a Procuradoria, Cerveró controlava a Jolmey e usou a empresa para ocultar a compra do imóvel.

"A lavagem envolveu especial sofisticação, com transnacionalidade, abertura de offshore no exterior, simulação de investimentos dela no Brasil e simulação de contrato de aluguel", escreveu o juiz Sérgio Moro na sentença.

## 'DESCUIDADO'

Na decisão de 45 páginas, o magistrado afirmou que Cerveró foi "descuidado" na segunda fase da transação, quando teria simulado ser o locatário do imóvel.

No último depoimento antes do julgamento, Cerveró disse que morou dois anos de graça no apartamento, como

um prêmio por ter ajudado o dono da offshore uruguaia Jolmey a encontrar o imóvel.

Em 2013, Cerveró pagou à Jolmey apenas R\$ 9.000 — ou R\$ 750 mensais — a título de aluguel em um imóvel cuja locação custaria, a preços de mercado, R\$ 18 mil por mês.

Ele sustenta ter vivido no imóvel em troca de arcar somente com as despesas de IPTU, condomínio e parte da reforma do apartamento.

"Como diretor da Petrobras, com salário substancial, não tinha qualquer necessidade econômica de enveredar pelo mundo do crime, indicando ganância excessiva", escreveu Moro, que conduz os processos da Operação Lava Jato no Paraná.

No ano da compra do apartamento, Cerveró teve rendimentos líquidos de R\$ 815 mil como diretor da estatal.

Cerveró ainda é réu em uma ação penal por corrupção. O ex-diretor de Abastecimento Paulo Roberto Costa, um dos principais delatores da Lava Jato, afirmou que os contratos da área internacional eram fonte de propina para o PMDB. (ESTELITA HASS CA-RAZZAI E GRACILIANO ROCHA)

CONTINUA

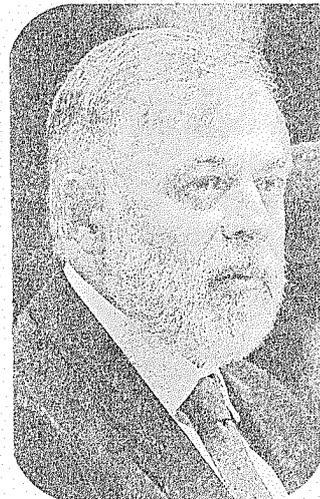
### EX-GRANDES DA PETROBRAS

Confira como e onde estão os três ex-diretores da Petrobras envolvidos na Lava Jato



**NESTOR CERVERÓ**  
ex-diretor da Área Internacional (2003-2008)

- Indicado por: PMDB
- Situação: Preso desde 14.jan
- Condenação: 5 anos de prisão por lavagem de dinheiro
- Processos em andamento: Acusado corrupção passiva e lavagem de dinheiro em outra ação penal



**PAULO ROBERTO COSTA**  
ex-diretor de Abastecimento (2004-2012)

- Indicado por: PP e PMDB
- Situação: Está desde outubro em prisão domiciliar
- Condenação: 7 anos e 6 meses de prisão por formação de quadrilha e lavagem de dinheiro, terá a pena abatida por cooperar com as autoridades
- Processos em andamento: É acusado de atrapalhar a investigação, corrupção ativa e passiva, dentre outros crimes em mais 14 ações



**RENATO DUQUE**  
ex-diretor de Engenharia e Serviços (2003-2011)

- Indicado por: PT
- Situação: Preso pela primeira vez em novembro de 2014, foi solto e preso novamente em março deste ano
- Condenação: Ainda não sofreu nenhuma condenação
- Processos em andamento: É acusado de lavagem de dinheiro em uma ação penal

### > OUTRO LADO <

## Sentença de juiz estava pronta 'antes da defesa', afirma advogado

DE SÃO PAULO

O advogado Edson Ribeiro, que defende Nestor Cerveró, classificou a condenação do ex-diretor da área internacional da Petrobras por lavagem de dinheiro como "absurda" e anunciou que recorrerá da decisão ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

Segundo ele, o juiz Sergio Moro prejudgou seu cliente.

"Causou a espécie que o juiz Moro tenha julgado o processo em apenas 15 horas. Entreguei as alegações finais às 22h de segunda e a sentença já estava concluída na manhã seguinte. É impossível que tenha decidido tão rápido, parece que já estava pronta, só esperando as alegações finais", afirmou o advogado.

À Folha o defensor voltou a afirmar que Cerveró sempre negou a propriedade da off-shore uruguaia Jolmey e do apartamento duplex de Ipanema, zona sul do Rio, onde o ex-diretor vivia.

O advogado também criticou a manutenção da prisão preventiva de Cerveró e disse que a prioridade da defesa agora é conseguir que o executivo recorra da decisão judicial em liberdade.

"O meu cliente estava no exterior e voltou ao Brasil para se defender. É outro grande absurdo já que não há risco de fuga", disse.

Na sentença, Moro afirma que a defesa atrasou-se em uma semana para apresentar as alegações finais e a prisão foi mantida por risco à ordem e à aplicação da lei penal.

27 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## O juiz Sergio Moro joga xadrez

**ELIO GASPARI**

HÁ ALGUNS meses o juiz Sergio Moro perdeu uma parada feia. O caso das propinas pagas na Petrobras pelos holandeses da SBM saiu de sua jurisdição e, pelo que se teme, foi dormir. A SBM é a maior operadora de unidades flutuantes de petróleo do mundo. No ano passado pagou uma multa de US\$ 240 milhões por propinas que distribuiu mundo afora. No Brasil, despejou US\$ 139 milhões de “comissões legítimas”. Moro e a força-tarefa do Ministério Público não disseram uma palavra. Pareciam Bobby Fischer entregando a rainha na partida de xadrez que, mais tarde, veio a ser chamada de “o jogo do século”.

Nas petrorroubalheiras das sondas e unidades flutuantes estão imersos contratos de US\$ 25,5 bilhões. Desde que começou a Lava Jato esse braço das operações vem sendo protegido por um manto de empulhações. Em Curitiba, o jogo foi outro. Entre os empreiteiros presos em novembro estava Gerson Almada, vice-presidente da Engevix, dona de um lote de contratos para a construção de sondas. Na sexta-feira, Moro prendeu preventivamente Milton Pascowitch, o cupido das boas relações do PT com a Engevix. Almada reconheceu que pagava comissões a Pascowitch. Entre 2004 e 2014 foram R\$ 80 milhões. Segundo Pedro Barusco, Pascowitch era um dos onze operadores que molhavam suas mãos e as de Renato Duque, ex-diretor de Engenharia e Serviços da Petrobras. Se há uma grande conexão entre as petrorroubalheiras e o PT, ela passa também por aí. Um dos clientes da empresa de consultoria do comissário José Dirceu era o doutor Pascowitch.

Quando Bobby Fischer entregou a rainha, sabia o que estava fazendo. Ao fim do jogo, a rainha do adversário ficou sem ter o que fazer, e o garoto ganhou a partida. Moro sabe que

No 17º lance Bobby Fischer entregou a rainha, e, como tinha 13 anos, pensaram até que ele não sabia jogar

dois bancos japoneses já jogaram a toalha em relação a seus créditos com estaleiros nacionais. Um terceiro ameaça vir com a faca nos dentes, querendo saber se o seu dinheiro foi usado para pagar propinas. Almada já contou alguma coisa. Duque e Pascowitch estão em copas, mas há razões para se supor que Moro esteja mais um lance à frente, com um novo canário interessado em cantar para o Ministério Público. Em fevereiro o juiz Moro negara um pedido de preventiva contra Pascowitch, agora deferiu-o. Mais: o Ministério Público está puxando o fio da meada das relações financeiras de empreiteiros com alguns escritórios de advocacia.

Até agora a iluminação da Lava Jato favoreceu casos como os das refinarias onde rolavam licitações fraudadas, aditivos e superfaturamentos. A mãe de um empreiteiro sempre poderá sustentar que o trabalho de seu filho resultou em obras visíveis, reais. No caso de algumas unidades flutuantes o buraco é mais em cima, pois há equipamentos alugados, prontos. O dinheiro vai de uma caixa para outra sem empregar viva alma.

Os investigadores de Curitiba começaram a mostrar o que sabem a respeito dos contratos do pré-sal. Logo depois de sua posse na presidência da Petrobras, o comissário Aldemir Bendine lembrou que num novo plano de investimentos “talvez você pegue a SBM, que é uma importante fornecedora”. Tão importante que foi proibida de fazer negócios com a empresa e, mesmo negociando um acordo de leniência, ainda não chegou a um acordo com a Controladoria-Geral da União.

27 MAI 2015

# FOLHA DE S. PAULO

## Tribunal anula condenação de Edemar, que pode ficar impune

Desembargadores decidiram que houve erro processual no primeiro julgamento, há 8 anos

**Crimes de gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão podem já ter prescrito**

MARIO CESAR CARVALHO  
DE SÃO PAULO

Oito anos após ter sido condenado a 21 anos de prisão, o banqueiro Edemar Cid Ferreira teve a sentença de sua condenação anulada nesta terça-feira (26) pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que julga os recursos da Justiça federal em São Paulo, por irregularidades processuais.

Com a anulação, Edemar pode escapar sem punição após ter quebrado um banco que deixou um rombo de R\$ 3,6 bilhões. Ele foi preso duas vezes, mas respondia aos recursos em liberdade.

Os crimes pelos quais foi condenado, porém, já prescreveram, segundo três advogados ouvidos pela Folha.

Edemar tem 71 anos. O crime mais grave pelo qual ele foi condenado, o de gestão fraudulenta, prescreve em 16 anos —os outros foram lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão.

Como ele tem mais de 70 anos, o tempo de prescrição cai para a metade (oito anos). Se prevalecer esse entendimento, os crimes estão prescritos desde 2013, já que a acusação, que marca o início da contagem, é de 2005.

A Procuradoria vai recorrer.

O tribunal acatou recurso do advogado Alberto Toron, que atua na defesa de um dos filhos do ex-banqueiro, Rodrigo. Ele defendeu a tese de que o juiz Fausto Martin de Sanctis cometeu uma irregularidade processual ao não permitir que os advogados interrogassem corréus, como prevê o Código de Processo Penal.

O sentido dessa norma é permitir a ampla defesa. O processo envolvia 18 réus.

O próprio Edemar pediu que os corréus não ficassem

na sala do juiz, segundo a procuradora regional Zélia Pierdoná, que atuou no julgamento desta terça. Pelas decisões do Supremo, o juiz não deveria ter permitido o interrogatório dessa forma.

Dois desembargadores votaram a favor da tese de Toron (José Lunardelli e Cecília Mello) e um foi contra (André Kekatschalow). O voto contrário dizia que não foi demonstrado qual foi o prejuízo causado à defesa.

O procurador Silvio de Oliveira, que atuou no caso, dis-

se ter ficado indignado com o tempo que o TRF levou para julgar o recurso. “O caso foi julgado em um ano e meio em primeira instância e o recurso demorou oito anos.”

É o quarto caso de repercussão do juiz De Sanctis que é anulado por erros processuais. Também tiveram esse destino as investigações em torno do banqueiro Daniel Dantas, a apuração sobre a Camargo Corrêa na Operação Castelo de Areia e a ação contra o russo Boris Berezovski.

“O resultado do julgamen-

to mostra que a arbitrariedade do juiz não vai longe. Acabou prevalecendo a legalidade e o direito ao devido processo legal”, disse Toron.

Agora o caso volta para à Justiça para que os interrogatórios sejam refeitos.

A vitória de Edemar não afeta em nada o caso da falência do Banco Santos, segundo Vânio Aguiar, administrador da massa falida. A casa e coleção de arte do ex-banqueiro devem ser leiloadas.

O juiz e o ex-banqueiro não quiseram se pronunciar.

# FOLHA DE S. PAULO

## STF obriga BNDES a expor empréstimos ao Grupo JBS

Primeira Turma da corte deu ganho ao TCU, que alega necessidade de fiscalizar operações

A Primeira Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) decidiu que o BNDES é obrigado a fornecer ao TCU (Tribunal de Contas da União) informações sobre empréstimos concedidos ao Grupo JBS/Friboi, com valor estimado de R\$ 8 bilhões.

O colegiado julgou uma ação do BNDES que questionava a obrigatoriedade. O banco alegou que o compartilhamento iria ferir o sigilo bancário da empresa

Já o TCU alegou que parte do caixa do BNDES é abastecido com recursos públicos e, por isso, seus contratos de financiamento precisam ser fiscalizados pelo órgão.

Dos quatro ministros presentes, Marco Aurélio e Rosa Weber acompanharam o voto do relator, Luiz Fux, favorável ao TCU. Fux classificou o envio dos dados como "imprescindível" ao exercício de fiscalização.

"O sigilo de informações necessárias para preservação de intimidade é relativizado quando se está diante de interesses da sociedade", disse.

O ministro Luís Roberto Barroso, embora tenha defendido a transparência de transações com dinheiro público, foi contrário ao compartilhamento de dois itens. Disse entender que informações relativas a rating de crédito e à estratégia de hedge do Grupo JBS só podem ser obtidas por meio de quebra de sigilos autorizados pela Justiça.

O Grupo JBS foi o maior doador de campanhas eleitorais em 2014, com R\$ 391 milhões. (GABRIEL MASCARENHAS)

27 MAI 2015

27 MAI 2015

## FOLHA DE S. PAULO

### **Pai e madrasta de Bernardo serão ouvidos pela Justiça**

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, DE CAXIAS DO SUL (RS) - Principais suspeitos da morte de Bernardo Boldrini, 11, em abril de 2014, no Rio Grande do Sul, o médico Leandro Boldrini (pai do garoto) e a enfermeira Graciele Ugolini (madrasta dele) serão ouvidos por um juiz pela primeira vez nesta quarta-feira (27).

Também prestarão depoimentos em Três Passos (a 389 km de Porto Alegre) os irmãos Edelvânia e Evandro Wirganovicz. O corpo de Bernardo foi encontrado na cidade vizinha de Frederico Westphalen. Os quatro suspeitos estão presos.

Edelvânia admitiu à polícia que ajudou a ocultar o corpo de Bernardo após sofrer "pressão psicológica" de Graciele.

A madrasta diz que a morte foi um acidente. Evandro nega ter ajudado a cavar a cova onde Bernardo foi enterrado e Leandro nega ser o mentor do crime.

## GAZETA DO POVO

## Revisão necessária

Os dirigentes do Judiciário e do Legislativo precisam ter a sensibilidade de perceber as dificuldades do governo do Paraná, que convive hoje com uma crise financeira sem precedentes

**E**m 2010, durante a permanência de Orlando Pessuti no governo do Paraná, foi tomada uma medida que causou impacto significativo na saúde financeira do estado nos anos seguintes. Na aprovação da Lei Orçamentária Anual de 2011, foi incluído o Fundo de Participação dos Estados (FPE) no percentual repassado ao Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas.

Justiça seja feita ao então governador eleito, Beto Richa que até tentou retirar o FPE do bolo das receitas partilhadas pelos poderes. Na época houve um alerta da equipe do novo governador — a situação orçamentária do estado não permitia o cumprimento do que estava sendo previsto no projeto de lei orçamentária. Mas isso não foi suficiente para convencer os envolvidos sobre a necessidade da alteração, tanto que o Tribunal de Justiça e o Ministério Público, na ocasião, ameaçaram a ir à Justiça caso a inclusão não se concretizasse.

Ante a pressão dos outros poderes, o governo eleito cedeu e prosseguiu incluindo o FPE na repartição de receitas pelos anos seguintes até os dias de hoje. A decisão representou uma “perda” de quase R\$ 1,5 bilhão no primeiro mandato de Beto Richa. A inclusão do FPE, frise-se, é algo incomum na repartição de receita entre as esferas de poder. Hoje apenas Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo fazem o mesmo em seus orçamentos.

Ao lado da partilha do FPE há um componente que tem ainda maior impacto na saúde financeira do estado — o estabelecimento de índices percentuais fixos para as esferas de poder. Hoje a Assembleia Legislativa recebe 3,1% da receita corrente líquida; o Tribunal de Contas, 1,9%; o Tribunal de Justiça, 9,5%; e o Ministério Público, 4,1%. O governo do Paraná é o segundo do Sul e Sudeste que mais destina recursos do orçamento para outros poderes. Tendo como base o orçamento de 2015 dos sete estados do Sul e Sudeste, a *Gazeta do Povo* mostrou em matéria publicada no domingo passado que o Paraná fica atrás nesse quesito apenas de Santa Catarina — 18,6% dos recursos paranaenses são repassados aos Judiciário e Legislativo, contra 19,39% das verbas do governo catarinense.

Não é razoável estabelecer percentuais fixos porque as despesas dos poderes não estão diretamente relacionadas ao aumento de receita do estado. Os gastos com pessoal e custeio são geralmente previsíveis, variando pouco de um ano para outro. Ou seja, elas não crescem no mesmo ritmo do aumento de receitas do estado. É oportuno lembrar, inclusive, que entre dezembro de 2010 e abril de 2014 o Paraná teve o maior aumento de receita corrente líquida (RCL) do país, o que fez com que o Legislativo e o Judiciário também recebessem mais. No período, a receita paranaense aumentou de R\$ 16,97 bilhões para R\$ 26,46 bilhões, o que representou um crescimento de 55%. Já a inflação acumulada não chegou a 30%. Parece-nos claro que ao evitar a fixação de percentuais recursos poderiam ser liberados para satisfazer as necessidades de investimento da administração estadual.

É compreensível que haja resistência das instituições em ceder parte dos recursos recebidos para que o Executivo estadual tenha verba suficiente para realizar investimentos no estado. É preciso levar em conta, inclusive, a necessidade de o Poder Judiciário garantir sua independência financeira, evitando, assim, ficar refém de governantes autoritários de plantão. Entretanto, é importante também que os dirigentes do Legislativo e do Judiciário tenham a sensibilidade de perceber as dificuldades do governo do Paraná, que convive hoje com uma crise financeira sem precedentes.

O ideal seria que as próprias instituições renunciassem à parte das receitas que recebem, ou pelo menos se dispusessem a negociar mudanças no percentual dos repasses. Seria uma forma de o Judiciário e o Legislativo darem um bom exemplo de respeito com os escassos recursos públicos e com os contribuintes, colocando em primeiro lugar o bem-estar da população e o desenvolvimento do Paraná.

27 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## JUDICIÁRIO

### Servidores da Justiça do Paraná deflagram greve por tempo indeterminado

Os servidores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) começaram na terça-feira (26) uma greve por tempo indeterminado em todo o estado. O sindicato da categoria diz que ao menos 69 locais que integram o Judiciário paranaense tiveram serviços prejudicados ao longo do primeiro dia da paralisação, por causa da adesão dos servidores ao movimento. Na capital, ficaram paralisados o Fórum Criminal, as Varas de Família, os Juizados Especiais e metade das Varas de Fazenda. Em todo o estado há cerca de 7 mil funcionários que compõem a categoria, distribuídos em 160 estabelecimentos judiciários. O TJ-PR não divulgou balanço e não confirmou as informações do sindicato. José Roberto Pereira, coordenador geral do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Paraná (Sindijus), defende que a greve foi deflagrada principalmente por

8,17%

Diferentemente das outras categorias do funcionalismo público paranaense, os servidores do Judiciário já garantiram com o TJ-PR a reposição da inflação para o reajuste deste ano. O que resta para negociar são outras questões específicas da categoria.

falta de diálogo. "Desde o início da gestão [de Paulo Roberto Vasconcelos], em fevereiro, temos tentado diálogo com o presidente para levar problemas enfrentados no judiciário no estado. Queremos abrir uma negociação de fato e que o tribunal assuma compromissos de chegar a soluções a problemas emergenciais." Pereira diz que os principais problemas envolvem más condições de trabalho, tanto nos prédios quanto na falta de servidores. Na Vara da Fazenda em Curitiba, segundo ele, há servidores trabalhando em urna porão sem janelas, com ventilação inadequada. No Fórum

Criminal, mais problemas, de acordo com o dirigente sindical. "Quando tem luz, falta água. Quando não tem água, tem luz. Já houve invasão de ratos, alagamento nos banheiros com ratos entupidos. Não tinha nem para tomar, os funcionários faziam vaquinha para não passar sede."

### Inflação garantida

Em nota divulgada na terça-feira (26), o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, esclareceu "que atendeu ao Sindijus no dia 18 de maio, antecipando a reunião anteriormente agendada para o dia 25 de maio." O órgão diz que na ocasião "o Sindicato foi informado que o índice de reajuste dos Servidores do Poder Judiciário seria no percentual de 8,17%, inflação correspondente ao índice integral da inflação do período de 1º de maio de 2014 a 30 de abril de 2015." O documento cita ainda que "as demais reivindicações que dependem de impacto financeiro serão estudadas no próximo semestre." (AS)

27 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## NOTAS POLÍTICAS

### **Cid derrotado**

O ex-secretário de Segurança Pública Cid Vasques perdeu na segunda-feira (25) a seleção interna do conselho de procuradores do Ministério Público Estadual (MP-PR) que definiu uma lista sêxtupla de nomes indicados pelo quinto constitucional ao Tribunal de Justiça. Vasques, que é procurador, foi preterido por seis promotores. Da lista sairá o substituto de Edson Vidal. Na época em que comandou a Segurança (durante o primeiro mandato de Richa), Vasques acumulou desgastes com colegas de MP, principalmente quanto à organização do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco). Procurado por telefone, Vasques disse vai respeitar a decisão do conselho.

### **Novo ouvidor no TJ**

Tomaram posse nesta terça-feira (26) os novos ouvidores do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). Eles foram eleitos por aclamação pelo Tribunal Pleno na segunda-feira (25). O desembargador Arquelaú Araújo Ribas irá ocupar cargo de ouvidor-geral do Tribunal e a desembargadora Lenice Bodstein vai atuar como ouvidora-substituta. Eles exercerão as funções no biênio 2015/2016.

**PARA FALAR**

**“Merece especial reprovação, a título de personalidade, a conduta de empregado público já abastado que trai, por mais dinheiro, seu ofício.”**

Sergio Moro, juiz federal responsável pela Lava Jato, sobre a condenação de Nestor Cerveró, ex-diretor da Petrobras.

27 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## Presidente do Conselho de Ética é investigado por contratar fantasmas

Investigação do Ministério Público aponta que o deputado estadual Edson Praczyk contratava mulheres de outros pastores da Igreja Universal do Reino de Deus para desviar dinheiro público

Presidente do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Paraná, o deputado Pastor Edson Praczyk (PRB) é investigado pelo Ministério Público Estadual (MP) por supostamente empregar funcionários fantasmas na Casa e ficar com o salário deles. Entre os supostos fantasmas usados para desviar dinheiro público, estariam mulheres de outros pastores da Igreja Universal do Reino de Deus, à qual pertence o parlamentar. As informações foram divulgadas no telejornal Paraná TV 2.ª Edição, da RPC, nesta terça-feira (26).

Conduzidos pela Promotoria de Proteção ao Patrimônio Público, os trabalhos apontam que as supostas irregularidades teriam ocorrido de 2001 a 2003, quando Praczyk exerceu o primeiro mandato como deputado estadual — atualmente, ele está na quinta legislatura consecutiva. Segundo o MP, ele teria delegado a uma funcionária que de fato trabalhava no seu gabinete a responsabilidade de gerenciar as contas bancárias. Ela teria controle sobre a movimentação financeira das contas e sobre os salários dos supostos fantasmas.

Essa funcionária seria Micheli Borges da Silva, que atualmente está lotada na 3.ª Secretária da Assembleia e recebe um salário de R\$ 10 mil. O posto na Mesa Executiva é ocupado pelo deputado Adelinno Ribeiro (PSL) como representante do pelo bloco PRB/PSL/PV/PPL.

Segundo as investigações, Micheli teria em mãos procurações dos supostos funcionários fantasmas garantindo controle sobre as contas bancárias deles. Os documentos dariam plenos poderes para “solicitar extratos, conferir saldos e juros, registrar e alterar senhas, requerer e retirar cartões magnéticos, requisitar talões de cheques, assinar e emitir cheques, depositar e sacar qualquer quantia”. A suspeita do MP é de que os recursos depositados pela Assembleia nessas contas tenham sido sacados por Micheli e entregues a Praczyk.

### Outro lado

A Gazeta do Povo tentou contato com o deputado Pastor Edson Praczyk no gabinete e pelo celular, mas ninguém

atendeu às ligações. Já o celular de Adelinno Ribeiro estava desligado.

A RPC, um funcionário do gabinete de Adelinno informou que Micheli trabalha, na verdade, para Praczyk. No gabinete do Pastor, também foi informado que Micheli presta serviços a ele e o acompanha nas sessões em plenário. O parlamentar não quis comentar a investigação do MP à reportagem da RPC.

# Audidores cogitaram doar R\$ 40 mi ao governo se recebessem verba atrasada

Desde 2004, estado não pagou R\$ 800 milhões em bônus aos servidores do Fisco. Categoria avaliou doar 5% ao Provopar se houvesse o pagamento

| Rogério Waldrigues Galindo

O sindicato dos auditores da Receita Estadual do Paraná cogitou em 2014 doar R\$ 40 milhões para o governo do estado ou para o Provopar caso a categoria recebesse bônus de produtividade que estão atrasados. Segundo sindicalistas, no ano passado a dívida com os auditores chegava a R\$ 800 milhões. A categoria processa o governo na Justiça para receber os valores, mas sugeriu repassar até 5% do montante para a compra de cobertores ou outras campanhas do Provopar, vinculado ao governo, caso a solução fosse amistosa.

A *Gazeta do Povo* teve acesso a uma gravação de reunião do conselho de representantes do Sindafep, sindicato da categoria, ocorrida em agosto de 2014. Na ocasião, o presidente do sindicato, José Carlos Carvalho, diz que havia sondado a

primeira-dama do estado, Fernanda Richa, sobre o tema e diz que “depois das eleições” o tema seria encaminhado “dessa forma”.

Na reunião, Carvalho explica aos demais representantes presentes a ideia que havia sido apresentada ao governo. Os dois escritórios de advocacia que defendiam os interesses dos auditores haviam colocado cláusulas nos contratos reduzindo seus honorários caso a solução não dependesse do Judiciário.

“Nós pretendemos usar o desconto previsto nos contratos, de honorários, como repasse para a Secretaria da Família, Provopar etc.”, diz Carvalho na gravação. Os contratos previam honorários de 10% em um caso e 7% em outro. Os dois escritórios se comprometiam a reduzir os valores pela metade em caso de solução amigável. “Esse desconto que seria em benefício do contratante a gente repassa para o governo. (...) Esse desconto canaliza para ele lá e nós ficamos alguns anos sem precisar ajudar o Provopar”, afirma.

Segundo Carvalho, na reunião, não haveria como cobrar uma dívida de R\$ 800 milhões “sem despertar o interesse” do governo pela questão. “Isso nós idealizamos e já tivemos uma conversa preliminar com dona Fernanda [Richa, primeira-dama do estado] e vamos en-

caminhar dessa forma”, diz Carvalho.

Na edição de terça-feira (26), a *Gazeta do Povo* mostrou que os auditores mantinham uma parceria com o Provopar, participando da arrecadação de dinheiro para compra de cobertores. Os auditores receberam metas de arrecadação e, além de doações do próprio bolso, percorriam empresas pedindo contribuições, numa prática que o presidente do Sindafep considera antiética.

## “Bolões”

Os atrasados dos auditores são de dois tipos. Primeiro, há bônus de produtividade que não teriam sido pagos em dia. Depois, há os “bolões” — valor de bônus que excede o máximo permitido como pagamento mensal aos auditores. Os valores foram se acumulando em uma espécie de conta corrente e deveriam ser liberados parceladamente. Mas desde 2004, o governo estaria retendo 50% desses pagamentos.

Na reunião de agosto, Carvalho diz que o sindicato estava em negociações com a Receita Estadual e com o secretário da Fazenda para pedir a liberação dos valores, mas a resposta era de que o governo estaria sem dinheiro e não tinha como arcar com essa despesa. “O bolão eu acredito que a gente só vai resolver depois das eleições”, dizia à época.

CONTINUA

### OUTROLADO

#### Provopar nega impor metas para parceiros

A presidente do Provopar, Carlise Kwiatowski, nega que a instituição tenha pressionado ou estipulado metas para seus parceiros. Na reunião de agosto do ano passado do Conselho de Representantes Sindicais do Sindafep (Sindicato de Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná) a que a **Gazeta do Povo** teve acesso, vários auditores mencionavam metas estipuladas para cada regional da Receita.

A resposta do Provopar foi enviada à **Gazeta do Povo** no final da tarde desta terça-feira (26). "Com relação aos questionamentos sobre o Sindafep, esclareço que todas as doações que o Provopar Estadual recebe são contabilizadas. Jamais pressionamos ou estipulamos quaisquer metas aos nossos parceiros", diz a nota.

Segundo Carlise Kwiatowski, a única "meta" da campanha é a de arrecadação total, autoimposta pelo Provopar. "Portanto, a parceria que temos com o Sindafep, há vários anos, sempre foi lícita e transparente e beneficiou e beneficia as famílias em situação de vulnerabilidade social no estado do Paraná", diz o texto.

## Presidente do sindicato diz que ideia não prosperou

Em entrevista por telefone, o presidente do Sindicato de Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (Sindafep), José Carlos Carvalho, afirmou que a solução idealizada de transferência de dinheiro para o governo ou para o Provopar nunca foi concretizada. "Não houve uma proposta. Houve a consulta da possibilidade", disse. "E agora não dá nem para tentar, porque o estado está quebrado."

Segundo ele, o sindicato procurou a ajuda de Fernanda Richa para resolver a questão em função da parceria que já havia entre os auditores e a Provopar. "[Procuramos] porque nós temos essa parceira com o Provopar. Nós estamos nos agarrando até em fio de alta tensão, falando com um, falando com outro para tentar resolver isso."

Segundo Carvalho, Fernanda Richa teria dito que não poderia ajudar. "Ela disse: 'Não é minha área, não vou me envolver, não posso fazer nada'." Na gravação da reunião, os auditores dizem que Fernanda teria dito que pediria ao então secretário da Fazenda, Luiz Eduardo Sebastiani, que desse atenção aos pleitos da categoria e teria dito que conversaria com o marido, o governador Beto Richa (PSDB), sobre o tema.

Segundo Carvalho, a dívida continua se acumulando e já estaria hoje em mais de R\$ 1 bilhão.

#### Sem acordo

Procurado pela reportagem, o escritório de advocacia Bacellar & Andrade, um dos responsáveis pelas ações do Sindafep contra o governo, diz que não acredita que caiba acordo nesse tipo de processo. Afirmou ainda que não orientou nem orientaria seu cliente a fazer repasse de verbas para o governo do estado. O escritório disse ainda que o contrato entre as partes é sigiloso e que, portanto, não revelaria os percentuais de honorários previstos nem se haveria possibilidade de abatimento em caso de pagamento administrativo. (RWG)

## Os cobertores e o governo

**U**m dos objetivos de uma condenação judicial é fazer a pessoa ver que aquela prática não é tolerada. Para evitar que a situação se repita, porém, é preciso garantir que a punição ocorra de verdade, e que não saia barata demais. A Justiça Eleitoral brasileira, nesse sentido, é a mãe de todas as impunidades. E, por extensão, uma patrocinadora de crimes país afora.

Fernanda Richa, primeira-dama do estado, foi condenada judicialmente por ter feito campanha ilegal para o marido no Parolin, durante uma cerimônia de entrega de cobertores. Diante de 1,5 mil famílias reunidas para esperar a entrega — que só ocorreu depois dos discursos — Fernanda apelou para o “bom senso” dos moradores na eleição daquele ano. O Ministério Público denunciou e a Justiça condenou. Exemplarmente? Nada.

A multa para Fernanda veio com valor de R\$ 10 mil. Metade de um salário mensal dela na prefeitura. A primeira-dama recorreu e conseguiu baixar o valor para R\$ 5 mil. Mais do que isso: desde então, ela continua recorrendo a variados graus do Judiciário (e está em seu direito ao fazer isso) e conseguiu protelar o pagamento até hoje. Mesmo os R\$ 5 mil nunca saíram de seu bolso. Curiosamente, o caso completa exatos cinco anos neste fim de semana.

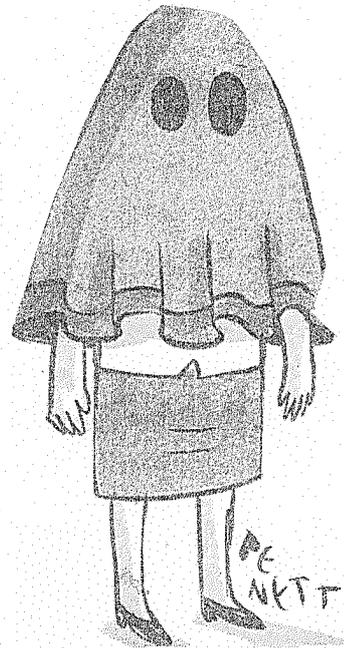
O caso vem à tona novamente agora pelo fato de auditores da Receita Estadual terem sido pegos em uma gravação afirmando que a coleta de dinheiro para compra de cobertores, no caso deles, era obrigatória. Tinham metas e precisavam ir às empresas de sua região — as mesmas que tinham de fiscalizar — para passar o chapéu. Afinal, por que alguém teria interesse em estabelecer essas metas?

Nos últimos cinco anos, desde o evento no Parolin, Fernanda Richa viu o marido ser eleito governador e reeleito para novo mandato. Ela própria ocupa há

quatro anos e meio um cargo de secretária de Estado. Por ele, recebe brutos aproximadamente R\$ 20 mil.

Ou seja: a cada mês, cai em sua conta o suficiente, em dinheiro público, para quitar quatro vezes a multa eleitoral que ainda não lhe foi cobrada. Ao longo de 52 meses, os salários chegam perto de R\$ 1 milhão. Ou o suficiente para quitar a multa 200 vezes. Isso sem falar no salário do marido.

O resultado da multa irrisória (e não aplicada) é que como secretária de Estado Fernanda Richa manteve a entrega de cobertores no mesmo esquema que havia na prefeitura. Ela própria viaja o estado fazendo cerimônias de entrega — ao invés de simplesmente deixar que as pessoas retirem as doações das mãos de um funcionário anônimo, sem necessi-



dade da pompa e dos discursos.

Na ocasião, em 2010, Fernanda respondeu que a reunião das pessoas e a participação dos agentes políticos era importante não para fins de campanha eleitoral. “Promove a união da comunidade, faz com que todo mundo se converse. E as pessoas vêm para escutar música, para escutar uma nova ideia e não tem nenhuma outra conotação que não essa.”

Obviamente, ninguém quer que o governo deixe de fazer arrecadação de cobertores, muito menos que deixe de distribuí-los. O que precisa ser discutido é a maneira como isso ocorre, com possíveis benefícios eleitorais para quem está, ao fim e ao cabo, apenas repassando aquilo que a população doou. E que a Receita deixe imediatamente de fazer coletas do gênero em empresas — doação que não é espontânea, que serve para cumprir “metas” de alguém que pode te punir, não é doação.

27 MAI 2015

GAZETA DO POVO

# Um ano após promessas, delegacias continuam superlotadas

Governo anunciou que esvaziaria as carceragens da Polícia Civil, mas entidade encontra quatro acima da capacidade

Felippe Antbal

Pouco mais de um ano depois de o governo do Paraná ter anunciado o esvaziamento das carceragens das delegacias da Polícia Civil de Curitiba, algumas unidades voltaram a receber presos sistematicamente e vêm enfrentando superlotação. A confirmação mais recente é o da Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos (DFRV), no bairro Vila Izabel, vistoriada na segunda-feira (25) pelo Conselho da Comunidade na Execução Penal de Curitiba e Região. A carceragem mantém 60 presos em um espaço onde cabem oito.

O Conselho identificou outras unidades superlotadas. No 8.º Distrito Policial (DP), no Portão, 32 presos estão encarcerados em duas celas. No 12.º DP, em Santa Felicidade, nove mulheres estão detidas numa sala. O 11.º DP,

na CIC, também estaria superlotado. A Justiça chegou a determinar em março ano, por meio de liminar, a interdição da carceragem do 11.º DP. A interdição atendeu a uma ação civil pública ajuizada pela Defensoria Pública do Paraná por causa da situação degradante dos presos no local.

Após a vistoria na DFRV, o Conselho encaminhou um ofício à Corregedoria dos Presídios, pedindo “providências urgentes”. Segundo o relatório, assinado pela presidente do conselho, Isabel Kügler Mendes, a carceragem contém “60 custodiados amontoados uns sobre os outros num ambiente onde o odor de sujeira é insuportável e a falta de ventilação coloca em risco a integridade física dos internos”. O texto destaca as condições “desumanas”.

Fotos tiradas pelos conselheiros mostram parte dos presos em cobertores suspensos, pois não há espaço para todos nas celas. Os presos precisam se revezar para dormir e para fazer as necessidades.

## Problema antigo

Além do problema de superlotação nas penitenciárias, as delegacias da Região Metropolitana de Curitiba também seguem superlotadas. Levantamento feito pela *Gazeta do Povo* revelou que, entre 4 e 7 de maio, havia 322 detentos nas delegacias de São José dos Pinhais, Colombo, Campo Largo, Araucária, Pinhais, Piraquara e Fazenda Rio Grande. Porém, se somadas as capacidades das celas de cada distrito, caberiam apenas 124 pessoas.

Responsável pela administração do sistema penitenciário e pelas delegacias do Paraná, a Secretaria de Estado da Segurança Pública (Sesp) disse que não houve uma mudança de política, mas uma “mudança para um perfil mais operacional, o que tem refletido em um aumento do número de prisões”. A secretaria diz que tem “ciência da situação dos presos em delegacias” e acrescentou que, semanalmente, o Departamento de Execução Penal absorve entre 100 e 150 presos. A pasta destaca que a carceragem do 11.º DP foi esvaziada.

27 MAI 2015

## GAZETA DO POVO

# STF obriga BNDES a abrir sigilo sobre crédito a JBS/Friboi

BRASÍLIA  
Folhapress

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que o BNDES é obrigado a fornecer ao Tribunal de Contas da União (TCU) informações sobre empréstimos concedidos ao Grupo JBS/Friboi no valor de R\$ 8 bilhões, aproximadamente. O colegiado julgou um mandado de segurança do BNDES, que questionava a obrigatoriedade de enviar os dados ao TCU. O banco argumentava que o compartilhamento iria ferir o sigilo bancário da empresa, a maior doadora de campanha nas eleições de 2014.

Já o Tribunal de Contas alegou que parte do caixa do BNDES é abastecido com recursos públicos e, por isso, seus contratos de financiamento precisam ser fiscalizados pelo TCU. Dos quatro ministros presentes à sessão, Marco Aurélio Mello e Rosa Weber acompanharam integralmente o voto do relator, Luiz Fux, favorável à tese de que o TCU tem direito a acessar os termos dos contratos de empréstimo da JBS com o banco de fomento.

Fux foi taxativo, ao classificar o envio dos dados como “imprescindível” ao exercício de fiscalização dos gastos públicos. “O sigilo de informa-

ções necessárias para preservação de intimidade é relativizado quando se está diante de interesses da sociedade”, afirmou o relator.

O ministro Luís Roberto Barroso, embora tenha defendido a transparência de transações que envolvam dinheiro público, foi contrário ao compartilhamento de dois itens específicos pedidos pelo BNDES: o rating de crédito e a estratégia de hedge do grupo. “Há informações, sim, que estão sujeitas à reserva de jurisdição”, argumentou.

### Imbróglio

O TCU requisitou as informações durante uma auditoria nos contratos firmados entre BNDES e a JBS. Segundo despachos do TCU, a empresa negava-se a fornecer os dados. Num primeiro momento, a JBS recorreu junto ao próprio TCU, mas foi derrotada. Com isso, apelou à justiça para tentar bloquear o acesso às informações.

27 MAI 2015

## GAZETA DO POVO

# Justiça decide que Araupel não é dona de terras no Oeste

CASCAVEL

Luiz Carlos da Cruz,  
correspondente

A juíza da 1.ª Vara Federal de Cascavel, Lilia Côrtes de Carvalho de Martino, declarou nulo o título de propriedade da Fazenda Rio das Cobras, que era da Araupel.

A posse da área, localizada entre os municípios de Quedas do Iguaçu e Rio Bonito do Paraná, era contestada pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). Na decisão, a juíza considerou ilegal toda a cadeia dominial das terras e disse que a área pertence à União.

A ação judicial movida pelo Incra contra a Araupel tramita desde 2004. Para a Justi-

### OUTROLADO

A Araupel informou que "estão desconsiderando 126 anos de história. Os títulos foram perfeitamente constituídos conforme a legislação da época". Mesmo a área sendo da União, o Incra depositou R\$ 75 milhões como indenização à Araupel, pelas benfeitorias feitas na área, justificando que a empresa comprou o terreno de boa-fé. A Justiça agora cobra a devolução do valor, corrigido. Cabe recurso da decisão.

ça, na falta de título legítimo, somente por meio de usucapião poderia permitir que a Araupel adquirisse o bem legitimamente. "Porém, deve

ser lembrado que os bens públicos não estão sujeitos à prescrição aquisitiva por usucapião, por expressa vedação legal", sentenciou a juíza.

A decisão também obriga o Incra a pagar qualquer indenização por desapropriações, já que a área foi considerada como de propriedade da União. Além disso, a Rio das Cobras Florestal Ltda., que pertence a Araupel, foi condenada a pagar os custos processuais e honorários advocatícios. O Incra já havia adiantado honorários aos peritos judiciais nomeados para a avaliação do imóvel e de benfeitorias. Neste caso, os valores devem ser restituídos.

### Sem-terra

Desde o início das discussões judiciais, dois assentamentos de sem-terra foram instalados no local: Celso Furtado, em Quedas do Iguaçu, e 10 de Maio, em Rio Bonito do Iguaçu. Em 2014, filhos de sem-terra criaram o acampamento Herdeiros da Luta de 1.º de Maio, em área da Fazenda Rio das Cobras.

27 MAI 2015

## GAZETA DO POVO

### Justiça vai ouvir pai e madrasta de Bernardo

CAXIAS DO SUL (RS)  
Folhapress Web

Suspeitos pela morte de Bernardo Boldrini, assassinado aos 11 anos em abril de 2014 no Rio Grande do Sul, o médico Leandro Boldrini (pai do garoto) e a enfermeira Graciele Ugulini (madrasta) serão ouvidos por um juiz pela primeira vez nesta quarta-feira (27).

Também prestarão depoimentos no Fórum de Três Passos a amiga da madrasta Edelvânia Wirganowicz e Evandro Wirganowicz, outros suspeitos pelo crime. Bernardo foi encontrado enterrado num terreno na cidade vizinha de Frederico Westphalen. Os quatro suspeitos estão presos.

Advogado de Graciele, Vanderlei Pompeo de Mattos, diz que ao permitir a presença de jornalistas o juiz Marcos Luís Agostini incentiva a "espetacularização" do interrogatório.

A defesa de Leandro Boldrini solicitou o adiamento do interrogatório, o que foi negado. Os advogados Ezequiel Vettoretti e Rodrigo Vares alegam que o pai de Bernardo sofreu constrangimento. Segundo eles, isso ocorreu porque o re-

sultado da perícia no receituário médico (usado por Edelvânia Wirganowicz para comprar o medicamento Midazolam, encontrado no corpo de Bernardo) foi inconclusivo quanto à autoria da assinatura atribuída ao médico.

#### Nova investigação

Segundo a polícia, a mãe de Bernardo, Odilaine Uglione, se suicidou em fevereiro de 2010. Depois da divulgação do vídeo do celular de Leandro Boldrini, recuperado pela perícia e apresentado na audiência de agosto de 2014, o advogado da avó pediu reabertura do caso. A Justiça atendeu o pedido neste mês.

Na gravação, Graciele diz a Bernardo que ele "vai ter o mesmo fim da mãe". Para o advogado da avó, Marlon Tabor da, essa "confissão" desmonta a versão de suicídio. Perícia divulgada por Tabor da aponta que a carta de suicídio não foi escrita pela mãe do garoto, mas pela secretária do médico, Andressa Wagner.

Edelvânia admitiu à polícia ter ajudado a ocultar o corpo após sofrer "pressão psicológica" de Graciele. A madrasta diz que a morte foi um acidente por causa da aplicação de um calmante no garoto. Evandro nega ter ajudado a cavar o buraco onde Bernardo foi enterrado e Leandro nega ser o mentor do crime.

27 MAI 2015

# GAZETA DO POVO

## TRABALHO

### **Itaú é condenado em R\$ 20 milhões por danos morais coletivos**

¶ A Justiça condenou o Itaú Unibanco a pagar indenização de R\$ 20 milhões por danos morais coletivos. A decisão do juiz José Wally Gonzaga Neto, da 4ª Vara do Trabalho de Curitiba, determinou que o valor deverá ser revertido a 14 instituições beneficentes cadastradas junto ao Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. A ação civil pública foi ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho do Paraná, em 2013. Nella o banco é acusado de não implantar um registro de ponto eletrônico mais seguro contra fraudes. O banco ainda pode recorrer da decisão

### O juiz Sérgio Moro joga xadrez

**H**á alguns meses o juiz Sérgio Moro perdeu uma parada feia. O caso das propinas pagas na Petrobras pelos holandeses da SBM saiu de sua jurisdição e, pelo que se teme, foi dormir. A SBM é a maior operadora de unidades flutuantes de petróleo do mundo. No ano passado, pagou uma multa de US\$ 240 milhões por propinas que distribuiu mundo afora. No Brasil, despejou US\$ 139 milhões de “comissões legítimas”. Moro e a força-tarefa do Ministério Público não disseram uma palavra. Pareciam Bobby Fischer entregando a rainha na partida de xadrez que mais tarde veio a ser chamada de “o jogo do século”.

Nas petrorroubalheiras das sondas e unidades flutuantes estão imersos contratos de US\$ 25,5 bilhões. Desde que começou a Lava Jato, esse braço das operações vem sendo protegido por um manto de empulhações. Em Curitiba, o jogo foi outro. Entre os empreiteiros presos em novembro estava Gerson Almada, vice-presidente da Engevix, dona de um lote de contratos para a construção de sondas. Na sexta-feira, Moro prendeu preventivamente Milton Pascowitch, o cupido das boas relações do PT com a Engevix. Almada reconheceu que pagava comissões a Pascowitch. Entre 2004 e 2014, foram R\$ 80 milhões. Segundo Pedro Barusco, Pascowitch era um dos 11 operadores que molhavam suas mãos e as de Renato Duque, ex-diretor de Engenharia e Serviços da Petrobras. Se há uma grande conexão entre as petrorroubalheiras e o PT, ela passa também por aí. Um dos clientes da empresa de consultoria do comissário José Dirceu era o doutor Pascowitch.

Quando Bobby Fischer entregou a rainha, sabia o que estava fazendo. Ao fim do jogo, a rainha do adversário ficou sem ter o que fazer e o garoto ganhou a partida. Moro sabe que dois bancos japoneses já jogaram a toalha em relação a seus créditos com estaleiros nacionais. Um terceiro ameaça vir com a faca nos dentes, querendo saber se o seu dinheiro foi usado para pagar propinas. Almada já contou alguma coisa. Duque e Pascowitch estão em copas, mas há razões para se supor que

Moro esteja mais um lance à frente, com um novo canário interessado em cantar para o Ministério Público. Em fevereiro o juiz Moro negara um pedido de preventiva contra Pascowitch, agora deferiu-o. Mais: o Ministério Público está puxando o fio da meada das relações financeiras de empreiteiros com alguns escritórios de advocacia.

Até agora a iluminação da Lava Jato favoreceu casos como os das refinarias onde rolavam licitações fraudadas, aditivos e superfaturamentos. A mãe de um empreiteiro sempre poderá sustentar que o trabalho de seu filho resultou em obras visíveis, reais. No caso de algumas unidades flutuantes, o buraco é mais em cima, pois há equipamentos alugados, prontos. O dinheiro vai de uma caixa para outra sem empregar viva alma.

Os investigadores de Curitiba começaram a mostrar o que sabem a respeito dos contratos do pré-sal. Logo depois de sua posse na presidência da Petrobras, o comissário Aldemir Bendine lembrou que num novo plano de investimentos “talvez você pegue a SBM, que é uma importante fornecedora”. Tão importante que foi proibida de fazer negócios com a empresa e, mesmo negociando um acordo de leniência, ainda não chegou a um acordo com a Controladoria-Geral da União.

27 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



27 MAI 2015

## TRIBUNA DO PARANÁ

# Servidores do TJ entram em greve

Os servidores da Justiça do Paraná entraram em greve ontem em todo o estado. O sindicato da categoria (Sindijus) diz que ao menos 69 locais que integram o judiciário tiveram adesão e serviços prejudicados. Em Curitiba, ficaram paralisados o Fórum Criminal, as Varas de Família, os Juizados Especiais e metade das Varas de Fazenda.

O coordenador geral do Sindijus, José Roberto Pereira, diz que a greve foi deflagrada por falta de diálogo e más condições de trabalho. Na Vara da Fazenda em Curitiba, segundo ele, há servidores trabalhando em um porão sem janelas. No Fórum Criminal, mais problemas, de acordo com o dirigente sindicato. "Quando tem luz, falta água. Quando não tem água, tem luz. Já houve invasão de ratos, alagamento nos banheiros. Não tinha nem pra tomar, os funcionários faziam vaquinha pra não passar sede."

Em nota, o presidente do TJ, desembargador Paulo Roberto Vasconcelos, diz que "atendeu ao Sindijus no dia 18 de maio". Na ocasião o sindicato foi informado que o reajuste salarial da categoria seria de 8,17%. O documento diz que as demais serão estudadas no próximo semestre.

## COBERTORES DA RECEITA

As delegacias da Receita Estadual receberam em 2014 metas de arrecadação de dinheiro a ser doado pra compras de cobertores. Os cobertores foram distribuídos pelo Provopar e pela primeira-dama Fernanda Richa. Além de fazerem doações do próprio bolso, os auditores percorreram empresas pedindo dinheiro. O sindicato da categoria usou a proximidade com o Provopar e com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, comandada por Fernanda Richa, pra pedir benefícios pros auditores, como a regulamentação da lei de promoções e o pagamento de bônus atrasados. A relação entre Fernanda e os auditores veio à tona depois de uma denúncia anônima recebida pelo Ministério Público dizendo que ela teria pedido arrecadações pra campanha eleitoral em troca de benefícios pra categoria.

## NÃO SABE

Depois disso, o governador Beto Richa, em entrevista ao UOL, disse que Fernanda "nem sabe o que é um auditor fiscal". A própria Fernanda também negou as acusações.

## CANSADAS

Uma reunião realizada em Curitiba em agosto do ano passado mostra que auditores de algumas delegacias não estavam conseguindo cumprir as metas, porque as empresas estariam cansadas de receber os pedidos. A Gazeta do Povo teve acesso a uma gravação que revela o conteúdo da reunião.

## PESADA

Representantes sindicais das delegacias da Receita reclamavam da meta, que estaria "pesada". Em 2012, os auditores contribuíram com 130 mil cobertores, ou R\$ 1,3 milhão. Isso equivale a 65% da meta do Provopar, de arrecadar 200 mil cobertores. Em 2014, ano em que houve as promoções da categoria, a Gazeta apurou que a meta teria subido pra R\$ 2 milhões.

## ANTIÉTICO

O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais (Sindafep), José Carlos Carvalho, afirmou à Gazeta que consideraria antiética a atitude de um auditor que fosse a empresas pedir dinheiro pro Provopar. Embora estivesse na reunião em agosto de 2014, ele disse que não sabe de visitas do gênero e disse nunca ter dado orientação pra que isso ocorresse.

## FILHA LÁ

Filha de José Carlos Carvalho, Claudia Carvalo, é diretora geral do Provopar.

## CAMPANHA

Fernanda Richa já foi condenada por usar a entrega de cobertores pra pedir votos pro marido. A cerimônia ocorreu em 2010, no Parolin, quando Richa havia deixado a prefeitura de Curitiba pra ser candidato ao governo. Fernanda era presidente da Fundação de Assistência Social (FAS) de Curitiba. Ela continua recorrendo da multa imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral, de R\$ 5 mil.

## FANTASMAS

Presidente do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa do Paraná, o deputado Pastor Edson Praczyk (PRB) é investigado pelo Ministério Público por supostamente empregar funcionários fantasmas e ficar com o salário deles. Entre os supostos fantasmas usados pra desviar dinheiro público, estariam mulheres de outros pastores da Igreja Universal do Reino de Deus. As informações foram divulgadas ontem pela RPC TV.

27 MAI 2015

## BEMPARANÁ

A Conduta e o Direito Penal

# Coisas que ainda chegam ao Superior Tribunal de Justiça

\*Jônatas Pirkiel

É um absurdo, mais ainda é possível ver que o Superior Tribunal de Justiça é instância para corrigir erros primários praticados nas instâncias inferiores, mesmo sob o crivo de tribunais, em especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, e a participação do Ministério Público como guardião da legalidade.

Desta feita, o STJ concedeu liminar em Habeas Corpus, em decisão de juiz de primeiro grau que, absurdamente, converteu a prisão em flagrante (quando nem flagrante poderia ter ocorrido) em prisão preventiva de mulher que se encontrava presa desde fevereiro sob a acusação de tráfico de drogas. Prisão que havia sido mantida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

O caso resume-se nisto:

“...policiais militares flagraram o filho mais velho, de 16 anos, quando vendia entorpecentes. No momento da abordagem, o adolescente jogou uma bolsa com drogas na garagem da casa. A mãe, então, foi localizada em seu trabalho para acompanhar a apreensão do filho. Conduzida ao local, foi presa em flagrante por conta da apreensão de 1,1 quilo de maconha e 715 gramas de cocaína na residência...”.

Ao conceder a liminar, o Ministro Rogerio Schietti Cruz entendeu que: “...o juiz de primeiro grau converteu a prisão em flagrante em preventiva sem apresentar indícios de autoria que justificassem a medida. A mulher é servidora pública, trabalha como inspetora de escola e tem dois outros filhos menores, um deles bebê...”, destacando as particularidades do caso, destacou

o ministro que: “...a mãe não foi flagrada com drogas e não estava no imóvel quando policiais abordaram seu filho. O auto de prisão não relata campanhas, delação anônima ou relato de testemunhas ou populares que indiquem a autoria delitiva...”. consta dos autos que nem mesmo tinha a mãe conhecimento da existência de entorpecentes dentro de sua casa.

É lamentável que este tipo de primariedade ainda ocorra em decisões de nossos tribunais e que tenham que ser corrigidas por uma das Cortes Superiores de nossa Justiça. O Pior é que nada acontece com um julgador deste tipo ou de um tribunal que mantém uma decisão destas. Só se lamenta...

\*O autor é advogado criminalista

(jônataspirkiel@terra.com.br)

## Reajuste da mensalidade de plano de saúde por idade não é medida abusiva

Reajuste de mensalidade em planos de saúde devido à idade do segurado não é medida abusiva. O entendimento é da 3ª Turma do STJ que acolheu recurso especial da Amil Assistência Médica Internacional para reformar decisão que reprovou o reajuste de mensalidades de planos de saúde em razão da idade.

A ação foi julgada procedente em primeira instância e

a sentença foi confirmada pelo TJ de São Paulo. No STJ, prevaleceu o voto do ministro João Otávio de Noronha, que afirmou: “não se extrai de tal norma interpretação que determine, abstratamente, que se repute abusivo todo e qualquer reajuste que se baseie em mudança de faixa etária, como pretende o promovente desta Ação Civil Pública, mas tão somente o reajuste discriminante, desar-

razoado, que, em concreto, traduza verdadeiro fator de discriminação do idoso, justamente por visar dificultar ou impedir sua permanência no plano”. “Os planos de saúde são cobrados conforme a demanda dos usuários e ajustados de forma que aquele que mais se utiliza do plano arque com os custos disso. Isso se faz por previsões. Daí o critério de faixa etária”, declarou Noronha.

27 MAI 2015

## BEMPARANÁ

"Fantasmas"

### MP investiga Edson Praczyk

O presidente do Conselho de Ética da Assembleia Legislativa, deputado Edson Praczyk (PRB), está sendo investigado pelo Ministério Público por supostamente manter funcionários "fantasmas" em seu gabinete. Segundo reportagem da *RPC* veiculada ontem, uma das funcionárias do parlamentar, Micheli Borges da Silva, controlaria contas bancárias de esposas de pastores da Igreja Universal do Reino de Deus através de procurações, entre 2001 e 2003. Atualmente, ela estaria lotada no gabinete da 3ª Secretária da Assembleia, comandada pelo deputado Adelino Ribeiro (PSL), com salário mensal de R\$ 10 mil.

De acordo com a reportagem, Micheli Silva teria procurações que permitiriam a ela "solicitar extratos, conferir saldos e juros, depositar e sacar qualquer quantia" das contas de servidores comissionados do gabinete do parlamentar. Praczyk não quis comentar as acusações. O conselho de Ética presidido pelo parlamentar arquivou recentemente pedido de abertura de processo de cassação contra o ex-presidente da Assembleia, deputado Nelson Justus (DEM), acusado de contratações irregulares e desvio de salários de servidores.

## PAINEL

### Revista

Revista física de funcionário é abuso, viola intimidade e gera indenização por danos morais. O entendimento é da 4ª Turma do TST.

---

### Matrícula

O TRF da 4ª Região determinou ao Centro Universitário Curitiba (Unicuritiba) que aceite a matrícula de um estudante que concluiu o ensino médio por meio de curso supletivo antes de completar 18 anos. Segundo o relator do processo, "a instituição de ensino superior não possui poderes para refutar o certificado de conclusão de ensino médio".

---

### Herança

Legislação brasileira não se aplica à herança de imóvel fora do país. O entendimento é da 3ª Turma do STJ.

27 MAI 2015

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Juiz condena Cerveró a cinco anos de prisão



O juiz federal Sérgio Moro condenou o ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró a cinco anos de prisão por lavagem de dinheiro. De acordo com a sentença, o ex-diretor comprou um apartamento no Rio de Janeiro com recursos oriundos de uma empresa offshore dirigida por ele, segundo a acusação do Ministério Público Federal (MPF). Cerveró está preso preventivamente desde o dia 14 de janeiro.

De acordo com investigadores da Operação Lava Jato, parte da propina recebida por Cerveró, durante o período em que ocupou o cargo de diretor da Petrobras, foi procedente do exterior, por meio de empresas sediadas no Uruguai, na Inglaterra, na Espanha e na Suíça. Como prova do crime de lavagem de dinheiro, o MPF citou a compra de um apartamento avaliado em R\$ 7,5 milhões, no Rio. ■